

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 76/09-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 o candidato ao CTSP/09 – 7ª RPM – **MG-13.260.825 MAGNO FERRAZ COSTA** interpôs recurso administrativo, em face de ter sido contra-indicado no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra - indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação, através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado das razões de sua contra-indicação, para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise do recurso interposto pelo

candidato, emitiu parecer **retificando** a contra-indicação desse, para ingresso na PMMG, com fulcro no parecer técnico devidamente fundamentado;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer do recurso, posto que apresenta os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **deferir** o pedido, com base no parecer técnico, alterando-se, ao final, a situação de contra-indicado do candidato para a situação de indicado, para ingresso no CTSP/09 - Interior;

2.3 determinar ao Chefe do CRS que tome as demais medidas decorrentes, visando a efetivação deste ato, principalmente no tocante à alteração da situação de contra-indicado para indicado do candidato, procedendo ao final nova classificação, observando as notas alcançadas por ele nas fases anteriores do concurso.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 71/09-DRH/CRS**

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 7ª RPM – **MG-12.268.895 ÁLVARO DE ARAÚJO JÚNIOR, MG-11.168.953 ATHAIDE ALCÂNTARA DOS SANTOS, MG-10.421.357 CLEINER ANTÔNIO MORAIS, MG-16.729.836 DIEGO HENRIQUE RIBEIRO MAMEDE, MG-14.563.147 DOUGLAS FRANK VIEIRA FERNANDES, MG-14.750.502 EDER DA SILVA MENDES, MG-7.167.821 EMERSON CAETANO DE MENEZES, MG-10.711.018 FABRÍCIO EUSTÁQUIO DIAS, MG-13.851.250 FLAVIANA ROSA BERNARDES, MG-11.311.568 GEOVANE TEIXEIRA COSTA, MG-15.111.449 JULIANO DE CASTRO MATOS, MG-15.831.372 JULIANO SANTANA LOPES DE FIGUEIREDO, MG-11.576.573 LEANDRO DOS SANTOS CHAVES, MG-15.928.166 LEANDRO HENRIQUE DA SILVA, MG-12.123.338 LEANDRO VILELLA ROBERTO, MG-12.094.548 LUCAS ANILTON DE OLIVEIRA, M-9.009.485 MARCELO JOSÉ DOS SANTOS, MG-11.778.305 MARCELO SANTANA DA SILVA, MG-12.536.998 MARIA APARECIDA DOS REIS, MG-11.325.027 NILSON SÉRGIO ANGÉLICO JÚNIOR, MG-13.147.662 OZIAS MARIANO DA SILVA, MG-15.098.906 PAULO HENRIQUE FIORE FERREIRA, MG-14.812.178 POLYANA BARBOSA DE PAULA, MG-15.268.656 RAFAEL ANTENOR TAVARES E SILVA, MG-11.061.133 ROBERTO FERREIRA PINTO, MG-16.357.729 RODRIGO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SILVA, MG-6.096.896 SÉRGIO CARVALHO GONÇALVES, M-8.454.398 TALES SOUZA LEMOS JÚNIOR, MG-14.005.990 THIAGO BEDANI TERÊNCIO E MG-11.338.762 THIAGO LÚCIO PEREIRA** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a

imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte – MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 59/09-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 7ª RPM – **MG-14.267.942 WENDEL VINÍCIUS TEODORO DA SILVA** interpôs recurso administrativo em face de ter sido contra-indicado no exame psicológico, contudo, não compareceu à Entrevista de Devolução e nem apresentou suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora o candidato não tenha apresentado sua defesa, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelo candidato e emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desse para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer do recurso, posto que apresenta os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** o pedido, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicado do candidato recorrente para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 58/09-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 o candidato ao CTSP/09 – 7ª RPM – **MG-11.708.675 AMÉRICO JOSÉ FERNANDES** interpôs recurso administrativo em face de ter sido contra-indicado no exame psicológico, contudo, não apresentou suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora o candidato não tenha apresentado sua defesa, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelo candidato e emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desse para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer do recurso, posto que apresenta os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** o pedido, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicado do candidato recorrente para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 23/09-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 7ª RPM – **MG-14.284.111 ANDRÉ LUIS DA SILVA, MG-11.220.023 EMERSON LIBÉRIO DE FARIA RESENDE, MG-12.227.714 FABRÍCIO ALVES TEIXEIRA MIRANDA, MG-11.375.834 FILIPI FELIX GUIMARÃES RABELO, MG-10.007.770 JEFTER PLATINI SANTOS TORRES, 691116 JULIANO PEREIRA LAUVERS, MG-12.750.510 LILIA RODRIGUES PEREIRA, MG-15.785.510 MAURI MARIO TAVARES JUNIOR, MG-15.709.971 THALES DIACOBI RODRIGUES SILVA E MG-14.658.197 WALLACE SILVA CAMPOS** interpuseram recursos administrativos em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico, contudo, não apresentaram suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da

entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "*ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora os candidatos não tenham apresentado suas defesas, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelos candidatos e emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 22/09-DRH/CRS**

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 7ª RPM – **MG-13.527.578 ANDRÉA CRISTINA DA SILVA, MG- 12.430.041 ANDRÉ FELIPE DOS ANJOS, MG- 14.105.276 BRENO FRAGA SOARES PINTO, MG-13.603.661 BRYAN VINÍCIO RODRIGUES ASSUNÇÃO, MG-11.521.789 CARLOS ALBERTO RODRIGUES LEMOS, MG-11.897.111 CARLÚCIO ELIAS DE ARAÚJO JUNIOR, MG-15.509.004 DAYA GONZAGA DE LELIS SILVA, MG-14.492.667 DANILO LUIZ DE CASTRO, MG-14.484.085 DIOGO ADRIANO COELHO, MG-15.421.851 DIOGO EVANDRO GUIMARÃES, MG-16.100.164 EDER JOSÉ ANTÔNIO SANTOS, MG-12.128.908 ELIAS DA SILVA MARTINS, MG-16.452.180 FERNANDA DE FÁTIMA OLIVEIRA, MG-12.301.192 FERNANDO MOREIRA DA SILVA, MG-15.127.085 GETÚLIO PEREIRA MORAES, MG-13.163.767 GLÁUCIO MACIEL PRÓSPERO, MG-14.575.063 JOELISSON CHRISTIAN BRUNO CARDOSO NASCIMENTO, MG-7.027.743 JULIANO CÉSAR COSTA, MG-11.372.672 LEONARDO RAMOS DOS SANTOS, MG-15.305.543 MAYCON ARTHUR SIQUEIRA AMORIM, MG-12.183.459 MARCUS VINÍCIUS BARBOSA, MG-13.327.207 MÁRIO FERNANDES CAMPOS, MG-14.844.555 MISAN CELESTINO BARBOSA, MG-13.101.113 ORLANDO SOARES, MG-13.582.712 RONIVON BORGES MAIA, MG-10.814.201 RUITHER ABNER DA SILVA FERRÃO, MG-14.002.377 THIAGO ROSA BASTOS, MG-7.180.604 THIAGO DE OLIVEIRA NUNES RODRIGUES, MG-13.632.103 WILLIAM DE SOUZA ALVES, MG-13.250.294 WESLEY CIABA RODRIGUES E MG-16.143.559 VIVIANE MARIANO RODRIGUES** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* "ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte – MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 19/09-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 7ª RPM – **MG-12.406.814 ALISON DE ARAÚJO GONZAGA, MG-14.193.662 DIEGO GONTIJO DE SOUZA, MG- 14.026.501 LEANDRO DE SOUSA e MG-13.918.246 MÁRCIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA** interpuseram recursos administrativos em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico, contudo, não compareceram à Entrevista de Devolução e nem apresentaram suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora os candidatos não tenham apresentado sua defesas, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelos candidatos e emitiu parecer **ratificando** a contra-indicação desses para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/09 - Interior.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 18/09-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 3.959, de 18/01/2008 e o Edital DRH/CRS nº 01, de 30/01/2008, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2009 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões lotadas no interior do Estado, publicado no “Minas Gerais” nº 021, de 31/01/2008 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos ao CTSP/09 – 7ª RPM – **MG-7.982.834 ALINE SOARES DA SILVA, MG-12.728.414 MARIA GORETE DA CONCEIÇÃO FELIX, MG-8.334.380 WARLEY OTÁVIO DE JESUS E MG-15.165.742 WESLEY DE OLIVEIRA SOUZA** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 01/2008, de 30 de janeiro de 2008;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra - indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação, através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado das razões de sua contra-indicação, para ingresso no CTSP/09 - Interior, mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **retificando** a contra-indicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro no parecer técnico devidamente fundamentado;

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **deferir** os pedidos, com base no parecer técnico, alterando-se, ao final, a situação de contra-indicados dos candidatos para a situação de indicados, para ingresso no CTSP/09 - Interior;

2.3 determinar ao Chefe do CRS que tome as demais medidas decorrentes, visando a efetivação deste ato, principalmente no tocante à alteração da situação de contra-indicados para indicados dos candidatos, procedendo ao final nova classificação, observando as notas alcançadas por eles nas fases anteriores do concurso.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 29 de janeiro de 2009.

(a) SÉRGIO AUGUSTO VELOSO BRASIL, CORONEL PM
Resp. p/DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS